

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 31 de Março de 2017



SUMARIO

BALANÇO PATRIMONIAL	4
NOTAS EXPLICATIVAS	11
01 CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	11
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS.....	16
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	16
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS.....	18
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL.....	18
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO.....	19
09 IMOBILIZADO.....	19
10 INTANGÍVEL.....	20
11 FORNECEDORES.....	20
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS.....	21
13 OBRIGAÇÕES A RESTITUIR.....	21
14 CONTINGÊNCIAS E APROPRIAÇÕES POR COMPETÊNCIA.....	22
15 SUBVENÇÕES E DOAÇÕES.....	24
16 RECEITA DIFERIDA LÍQUIDA.....	24
17 CAPITAL SOCIAL.....	25
18 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....	25
19 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	25
20 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA.....	26
21 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	27
22 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS.....	27
23 RESULTADO FINANCEIRO.....	28
24 SEGUROS DE RISCOS.....	28

Balanco Patrimonial
Exercício findo em 31 de março de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	31/03/2017	31/03/2016
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	37.117	29.574
Créditos a Receber Curto Prazo		-	-
Faturas e Duplicatas a Receber		121	5
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	46.243	52.089
Recursos a Receber por Transferência		-	-
Contingências e apropriações por Competência		160.335	148.760
Adiantamentos de Pessoal	7	15.428	14.166
Adiantamentos a Unidades e Entidades		596	295
Demais Contas a Receber		414	103
Adiantamentos a Fornecedores		16	392
Estoques		-	-
Estoques Materiais de Consumo	8	18.885	23.475
Importação em Andamento		25	455
Despesas Pagas Antecipadamente		-	-
Assinaturas e Anuidades a Apropriar		71	52
		279.251	269.367
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.894	1.302
Contingências e apropriações por Competência		250.130	223.809
Devedores por Convênios		-	20.813
Provisão para Perdas (devedores por convênios)		-	-20.813
Imobilizado	9	638.962	522.024
Intangível	10	620	1.328
		891.606	748.464
Total do Ativo		1.170.857	1.017.831

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

Balanco Patrimonial

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Passivo

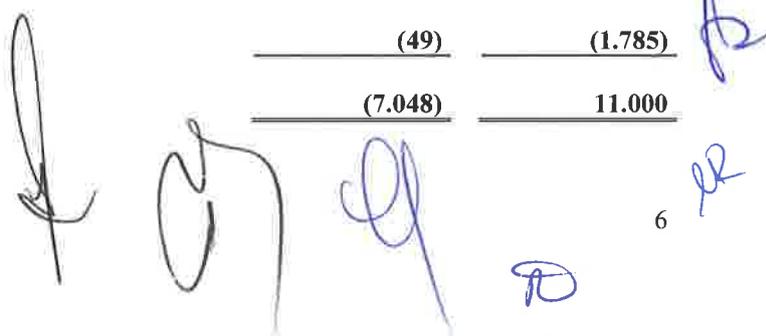
	<u>Nota</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Circulante			
Fornecedores	11	47.054	35.265
Obrigações Tributárias e Sociais	12	2.841	2.646
Obrigações a Restituir	13	12.225	12.225
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	160.335	148.760
Outras Obrigações		3.961	3.288
		<u>226.416</u>	<u>202.184</u>
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos	15	15.633	16.393
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	250.131	223.809
Receita Diferida Líquida	16	305.972	181.340
		<u>571.736</u>	<u>421.543</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado		376.403	376.403
Ajuste de Avaliação Patrimonial	18	(18.498)	(17.323)
Reservas de Lucro		21.522	23.555
Lucros Acumulados		(6.722)	11.470
		<u>372.705</u>	<u>394.104</u>
Total do Passivo		<u>1.170.857</u>	<u>1.017.831</u>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left, a signature in the middle, and initials '5' and 've' on the right.



Demonstração do Resultado do Exercício
Exercício findo em 31 de março de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota	31/03/2017	31/03/2016
Receita Operacional Bruta			
Serviços Prestados		52.241	58.699
Repases Recebidos		253.765	245.102
Repases de Apropriações a Receber		15.970	4.766
		<u>321.976</u>	<u>308.566</u>
Ajustes da Receita Bruta			
Receitas de Diferido (Reversão da Subvenção)		2.185	1.539
Repases p/Subvenções e Doações Governamentais		(14.810)	(17.293)
Inscrição de Repases no Diferido		-	-
Repasse Concedido (CAPES)		(701)	(90)
		<u>(13.326)</u>	<u>(15.843)</u>
Deduções da Receita Bruta			
PIS s/Faturamento		(84)	(79)
COFINS s/Faturamento		(385)	(365)
Glosas e Abatimentos		-	(11)
		<u>(469)</u>	<u>(455)</u>
Receita Operacional Líquida	19	<u>308.181</u>	<u>292.268</u>
Custo dos Serviços	20	<u>(253.018)</u>	<u>(229.029)</u>
Resultado Operacional Bruto		<u>55.163</u>	<u>63.239</u>
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas		(61.329)	(55.514)
		<u>(61.329)</u>	<u>(55.514)</u>
Outras Receitas e Despesas			
Receitas		1.475	5.148
Despesas		(2.104)	(33)
Resultado c/Baixa Bens Imobilizado		(204)	(55)
	22	<u>(833)</u>	<u>5.060</u>
Lucro Antes do Resultado Financeiro		<u>(6.999)</u>	<u>12.785</u>
Resultado Financeiro	23		
Despesas Financeiras		(790)	(2.085)
Receitas Financeiras		741	300
		<u>(49)</u>	<u>(1.785)</u>
Lucro Líquido do Exercício		<u>(7.048)</u>	<u>11.000</u>



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findo em 31 de março de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas De Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	376.403	(16.854)	23.555	-	383.105
Realização Avaliação Patrimonial	-	(1.319)	-	1.319	-
Resultado do Exercício	-	-	-	(3.765)	(3.765)
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	413	-	413
Transferência de Prejuízo Acumulado para Reserva	-	-	(2.446)	2.446	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	376.403	(18.173)	21.522	-	379.753
Realização Avaliação Patrimonial	-	(325)	-	325	-
Resultado do Exercício	-	-	-	(7.048)	(7.048)
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	-	-
Transferência de Prejuízo Acumulado para Reserva	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Março de 2017	376.403	(18.498)	21.522	(6.722)	372.706

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several initials, located at the bottom right of the page.

Fluxo de Caixa do Exercício (continuação)
Exercício findo em 30 de junho
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Lucro Líquido do Exercício	(7.048)	11.000
Ajustes de Depreciação/Amortizações <i>Impairment</i> dos Ativos	5.189	5.181
Varição Cambial Passiva (Importação)	-	-
Varição Cambial Ativa (Importação)	(2)	34
Custo de Obras em Andamento	(3)	(12)
Baixa de Bens Imobilizados	(4)	(22)
Produção de Bens em Estoque	733	733
Aumento de Provisão para Contingências	(431)	(406)
Reverso/ Provisão p/Devedores Duvidosos	6.715	1.383
	<u>(566)</u>	<u>(39)</u>
	11.630	6.853
Varição de Ativos e Passivos		
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	155	(402)
Recursos Especiais a Receber por Restos a Pagar	-	-
Recursos a Receber de Provisão de Férias	7.477	9.980
Recursos a Receber de Provisão p/13º Salário	(13.440)	(12.211)
Recursos a Receber de Licença Especial	(3.293)	(1.151)
Recursos a Receber de Previdência Privada (CP e LP)	749	1.437
Recursos a Receber p/Provisão de Contingências (CP e LP)	(6.715)	(1.383)
Adiantamentos a Pessoal	(3.856)	(3.155)
Outras Contas a Receber a Curto Prazo	(261)	(19)
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(49)	43
Importações em Andamento (Estoque)	1.183	644
Estoques	3.378	1.346
Despesas Pagas Antecipadamente	70	(32)
Fornecedores	8.823	(5.494)
Outras Obrigações a Pagar	687	13.443
Obrigações com Pessoal	-	-
Obrigações Sociais a Pagar	(355)	99
Obrigações Tributárias a Pagar	787	(100)
Adiantamentos de Aluguéis e Clientes	-	-
Provisão p/Férias	(7.477)	(9.980)
Provisão p/13º Salário	13.440	12.211
Provisão p/Previdência Privada (CP e LP)	(749)	(1.437)
Provisão p/Licença Especial	3.293	1.151
Provisão p/Contingências (CP e LP)	-	-
	<u>3.848</u>	<u>4.989</u>
Caixa Líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	14.181	22.842

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Aquisições de Bens Imóveis	(19.291)	(19.506)
Aquisições de Bens Móveis	(279)	(1.722)
Aquisições de Importação em Andamento	(11)	(1.364)
Aquisições de Bens Intangíveis	(7)	-
	<u>(19.588)</u>	<u>(32.602)</u>

Fluxo de Caixa (Continuação)
Exercício findo em 31 de março de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Caixa Líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	<u>(19.588)</u>	<u>(22.592)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas Repassadas	<u>7.518</u>	<u>13.567</u>
Caixa Líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	<u>7.518</u>	<u>13.567</u>
Caixa Adicionado no Período	<u>2.112</u>	<u>13.817</u>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	35.005	15.757
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	<u>37.117</u>	<u>29.574</u>
Redução/Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	<u>2.112</u>	<u>13.817</u>
Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	103	65
Doações de Mercadorias (Estoques)	1.064	410
Ajustes de Exercícios Anteriores PF / CAPES	<u>-</u>	<u>-</u>
Transações que não envolveram o Caixa	<u>1.167</u>	<u>475</u>

Demonstração do Valor Adicionado
Exercício findo em 31 de março de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Demonstração do Valor Adicionado		
Receitas		
Prestação de Serviços	52.241	58.687
Outras Receitas	743	4.972
Prov.Créd.Liq.Duv.-Reversão/Constituição	141	38
	<u>53.125</u>	<u>63.697</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados	33.991	34.028
Serviços de Terceiros	35.162	29.450
Perda/recuperação de Valores Ativos	1.871	55
	<u>71.025</u>	<u>63.533</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>(17.899)</u>	<u>165</u>
Despesas com Depreciação/Amortização	(5.714)	(5.860)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	<u>(23.613)</u>	<u>(5.695)</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	741	300
Repasses Recebidos (-) Subvenções	254.925	232.575
Repasses Concedidos/Diferido	(701)	(90)
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	2.185	1.539
Receitas de Alugueis	1.246	833
	<u>258.396</u>	<u>235.158</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>234.783</u>	<u>229.462</u>
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	163.982	143.251
Benefícios	20.218	17.324
FGTS	12.900	14.867
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	43.046	40.262
Estaduais/Municipais	24	1
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	790	2.085
Locação de Imóveis/Condomínio	275	207
Locação de Máquinas e Equipamentos	597	465
Remuneração dos Capitais Próprios		
Lucros Retidos do Exercício	(7.048)	11.000
Valor Adicionado Distribuído	<u>234.783</u>	<u>229.462</u>

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (“HCPA” ou “Instituição”), com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970 caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e a pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a pacientes particulares. Do ponto de vista organizacional, o hospital é administrado em sua máxima instância pelo Conselho de Administração, composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A gestão executiva da Instituição é conduzida pela Administração Central (AC), composta por Presidente, Vice-Presidente Médico, Vice-Presidente Administrativo, Coordenador do Grupo de Pesquisa e Pós Graduação (GPPG) e Coordenador do Grupo de Enfermagem (GENF). Os professores da UFRGS atuam na preceptorial dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal.

02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes incluindo a aplicação da Lei n° 11.638/07), as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos e as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração está sendo apresentada pela Instituição como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações vigentes a partir de 2017 que pudessem ter um impacto significativo nas políticas e nas Demonstrações Financeiras da Instituição.

(c) Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

A base de elaboração das Demonstrações Financeiras é o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Financeiro do Governo Federal, no qual o HCPA encontra-se aderido desde 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei n° 4.320/76, observando aspectos da Lei 6.404/76 e Lei 11.638/07 em relação à escrituração contábil.

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(d) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação, realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil- SRFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbios sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(e) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: Caixa e Equivalentes de Caixa, Crédito de Fornecimento de Serviços, Recursos a Receber para Provisões de Contingências, Recursos a Receber para Apropriações por Competência de Férias, Décimo Terceiro Salário, Licença Especial, Previdência Privada-TSP e demais contas a receber.

A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Instituição tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor. O excesso de caixa é aplicado no Fundo 133- Extra Mercado do Banco do Brasil.

(g) Estoques

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 31 de março de 2017. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas conhecidas em estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que tais perdas ocorrem. Foi reconhecido o valor de R\$ 11, referente à estimativa de perda com estoques, como redução ao valor recuperável *impairment*, atendendo a determinação do CPC 01 (R1). (Nota nº08)

(h) Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais estão compostos de valores relativos aos depósitos recursais vinculados a causas trabalhistas, corrigidos até 31 de março de 2017. Os recursos vinculados aos processos trabalhistas, depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. Os depósitos recursais referentes a processos trabalhistas são pagos com recursos próprios. Quando da execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional e o valor do depósito existente é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(i) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos. (Nota nº09 e 10)

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização acumulada nas Demonstrações Financeiras está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Maquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

As licenças de softwares adquiridas são contabilizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas, conforme incorridos.

(j) Impairment de ativos não financeiros

A administração do HCPA revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, periodicamente, com o objetivo de determinar e avaliar, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem, que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração, com base nos fluxos de caixa futuros projetados e descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para venda e b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou unidade geradora de caixa.

No primeiro trimestre de 2017, a Instituição não identificou ativos de vida longa com indicação de ativos ou grupos com valor contábil que não possam ser recuperados.

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido. (Nota nº 11)

(l) Obrigações Tributárias

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos dos fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e Leis Federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970. (Nota nº 12)

(m) Subvenções e Doações

Em cumprimento ao CPC nº 7 (R1) e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº.1143 de 21 de novembro de 2008, as subvenções governamentais recebidas são classificadas no Passivo, sendo reconhecidas no resultado como receita ao longo do período, as quais são confrontadas com as despesas que se pretende compensar.

Em caso de subvenção para investimento, a receita é reconhecida, mensalmente, na mesma proporção da depreciação referente aos bens adquiridos com estes recursos. Em caso de subvenção de custeio (despesa com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, indenizações trabalhistas, previdência privada e parte das despesas com manutenção), a receita é reconhecida à medida que forem apropriadas as despesas correspondentes. (Nota nº 15).

(n) Receita Diferida Líquida

A receita diferida líquida está composta pela Receita Diferida deduzida dos Custos Diferidos. Por ocasião da aquisição de bens do Ativo Imobilizado adquiridos com recursos de subvenções ou doações para investimentos, a Instituição registra o evento em Receita Diferida, transferindo para o resultado (conta Receita do Diferido - subgrupo Ajustes da Receita Bruta), a débito da conta Custos Diferidos, a realização dessa receita na mesma proporção da depreciação ou do valor da baixa dos bens adquiridos com subvenção. (Nota nº 16).

(o) Benefícios a Empregados

A Instituição possui diversos planos de benefícios a empregados, como creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado, obedecendo ao regime de competência. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

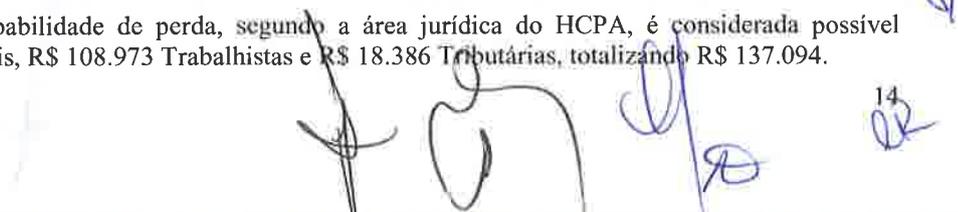
(p) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível compõe-se de: R\$ 9.735 Cíveis, R\$ 108.973 Trabalhistas e R\$ 18.386 Tributárias, totalizando R\$ 137.094.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que as despesas deste tipo são cobertas por recursos repassados pelo Tesouro Nacional. (Nota nº14).

Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução de repasses para Subvenção e Doações Governamentais, acrescida do reconhecimento da receita e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento (Nota nº19).

Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares e pesquisas, estão contabilizados dentro da competência pelo seu valor bruto sem deduções.

Repasses Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento da Previdência Social - TSP e outras despesas, todas relacionadas com os funcionários da Instituição.

Também estão inclusas as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio.

Ainda fazem parte desta rubrica, as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

Ajustes da Receita Bruta

Neste grupo, são lançados os ajustes da conta de receita Repasses Recebidos. Em cumprimento ao CPC nº 7 (R1) e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº.1143 de 21 de novembro de 2008, a receita é excluída do resultado e lançada no Passivo no momento da descentralização ou da transferência dos créditos, e incluída no Resultado com a respectiva baixa no Passivo na mesma proporção em que ocorrer a apropriação das despesas de custeio ou as despesas de depreciação dos bens adquiridos com esses recursos ou ainda, na devolução dos recursos não utilizados. Compõe também este grupo, os repasses concedidos a Entes conveniados.

Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

(q) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com a compatibilização dos valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle do HCPA.

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondente às receitas de serviços reconhecidas no exercício. (Nota nº20).

Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do MEC e da STN, CGU e TCU e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria Financeira.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário realizado pela Coordenadoria Financeira. A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados são efetivadas após o recebimento efetivo dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2017 os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.414, de 10 de janeiro de 2017, publicada no DOU em 11 de janeiro de 2017.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração na reunião nº 408, realizada em 12 de dezembro de 2016, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

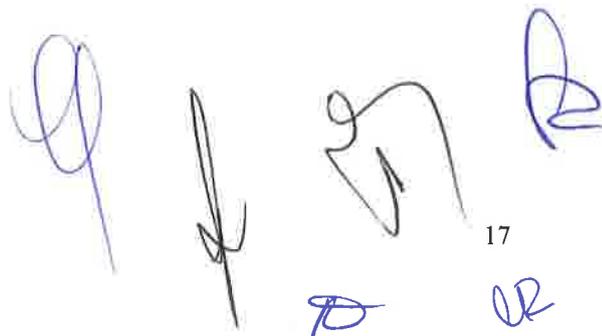
Os Estoques garantem 47,22 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício. Existem recursos subvencionados para este fim que necessitam ser liquidados durante o exercício.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Caixa	98	16
Conta Corrente	1.667	3.683
Depósitos Bancários de Curto Prazo	22.197	12.841
Conta Limite de Saque	<u>13.155</u>	<u>13.034</u>
Saldo Contábil	<u>37.117</u>	<u>29.574</u>

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para cobrir despesas de capital ou custeio.

O saldo de depósitos bancários de Curto Prazo está composto pelo valor de R\$ 12.225, recurso financeiro recebido em 2016, correspondente à sentença favorável no processo nº 97.0002758-9, interposto contra a Fazenda Previdenciária - diante da inconstitucionalidade instituída pela LC. nº 84/96, que refere-se aos encargos patronais incidentes sobre o pagamento a autônomos e administradores, no período de setembro 1989 a agosto de 1995 enquanto vigentes as Leis nº 7.787/89 e 8.212/91. Está registrado em conta de passivo (Obrigações a Restituir) enquanto aguarda a liberação do crédito orçamentário pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF. Salientamos que o valor total da ação é de R\$ 12.726, sendo que R\$ 501 foi retido como garantia do crédito em execução do processo nº 200.71.00.017106-6/RS que tramita na 14ª Vara Federal de Porto Alegre, cuja natureza do débito é Previdenciária.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	46.185	50.255
Convênios Privados	8.275	9.820
Clientes Particulares	392	1.864
Créditos Diversos	<u>4.930</u>	<u>784</u>
Subtotal	<u>59.782</u>	<u>62.723</u>
Apropriação por Competência - PCLD	<u>(18.163)</u>	-15.257
Valor Líquido a Receber	<u>41.619</u>	<u>47.466</u>
Outras Faturas a Receber (FNS)	<u>4.624</u>	<u>4.624</u>
Saldo Contábil	<u>46.243</u>	<u>52.089</u>

Os Créditos de Fornecimento de Serviços correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição.

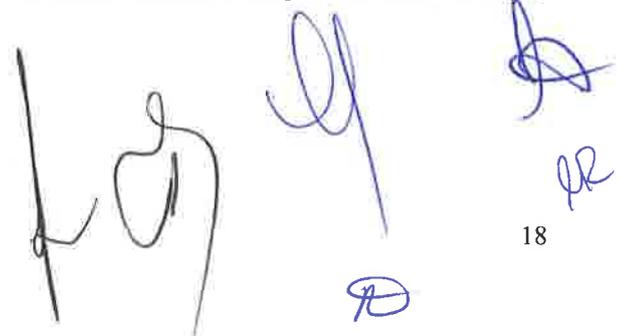
O valor de R\$ 4.624, outras faturas a receber, corresponde ao valor devolvido ao FNS referente à ação nº 8585 devido o cancelamento de RAPNP (2012 a 2014) parcela esta pertencente ao contrato firmado com o Gestor de Saúde do Município de Porto Alegre pela prestação de serviços SUS, o qual está aguardando reposição do crédito orçamentário e financeiro, visto o cancelamento dos Restos a Pagar Processados (RAPs) ter sido motivado pelo rompimento de contratos com fornecedores. Não houve, em etapas posteriores, nova licitação para atender as demandas de custeio das atividades do HCPA inerentes aos contratos cancelados.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD" ou "Impairment").

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Décimo Terceiro Salário	13.988	12.714
Férias	965	987
Abono sobre Férias	448	459
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	<u>27</u>	<u>6</u>
Saldo Contábil	<u>15.428</u>	<u>14.166</u>

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, a Instituição tem por prática adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2017 enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em março relativo à competência abril de 2017.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

08 Estoques de Materiais de Consumo

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Medicamentos	5.427	6.566
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	8.239	10.261
Material de Órtese e Prótese	921	1.918
Materiais e Utensílios	407	418
Rouparia (uniformes)	930	1.083
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	326	369
Material Expediente/Informática/Gráfica	397	418
Combustíveis, Lubrificantes, Gases	96	113
Materiais Engenharia/Ferramentas/Elétrico/Predial	2.142	2.329
Saldo Contábil	<u>18.885</u>	<u>23.475</u>

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. Foi reconhecido o valor de R\$ 11, referente à estimativa de perda com estoques, como redução ao valor recuperável *impairment*, atendendo a determinação do CPC 01 (R1).

09 Imobilizado

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação acumulada está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

(a) Movimentação do Ativo Imobilizado

	Tx. %	Custo	Depreciação	Redução a valor recuperável	31/03/2017 Saldo	31/03/2016 Saldo
Edifícios	1	210.541	48.800	-	259.342	164.129
Terrenos		68.414		-	68.414	68.786
Obras em Andamento[1]		309.228	204	-	309.432	177.521
Bens Móveis e Imóveis	10 a 20	202.416	109.476	-	311.892	103.249
Informática	20 a 50	20.296	13.777	-	34.074	6.842
Veículos Diversos	10 a 20	960	637	-	1.597	167
Subtotal Imobilizado		811.856	172.895	-	984.751	520.694
Importação em Andamento		-		-	-	1.330
Saldo Contábil		811.856	172.895	-	984.751	522.024

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, razão pelo qual há depreciação.

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

10 Intangível

	<u>Tx. %</u>			<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Software	20 a 50	<u>6.085</u>	<u>-</u>	<u>6.085</u>	<u>1.328</u>
Saldo Contábil		<u>6.085</u>	<u>-</u>	<u>6.085</u>	<u>1.328</u>

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada.

A amortização acumulada está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

11 Fornecedores

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Consórcio Tratenge Engeform	13.754	7.191
Unimed Porto Alegre	2.735	2.495
ACECO TI S.A.	1.442	874
Roche Diagnóstica Brasil Lyda	<u>1.112</u>	<u>462</u>
	19.043	11.021
Principais Fornecedores Nacionais	9.963	6.747
Demais Fornecedores	<u>18.048</u>	<u>6.476</u>
Saldo Contábil	<u>47.054</u>	<u>35.265</u>

Os quatro principais fornecedores representam 40,47% do saldo total de Fornecedores a Pagar na data base de março de 2017. A seguir apresentamos as principais transações:

(a) Consórcio Tratenge Engeform

Este fornecedor é responsável pela realização das obras dos Anexos I e II do projeto de expansão do HCPA. A contratação desta empresa foi realizada por meio do processo licitatório nº 128663 no ano de 2013, que culminou com a formalização do contrato nº 12727 para execução da construção dos prédios anexos I e II durante o período de Dezembro/13 até Dezembro/18. O valor nominal do contrato é de R\$ 397.338 e seu valor atualizado, com os reajustes anuais é de R\$ 463.735. Atualmente o HCPA vem tendo uma despesa mensal aproximada de R\$ 5.300 mensais com este fornecedor. A previsão de conclusão das obras e quitação do fornecedor é dezembro/2018 e dependerá do valor a ser repassado para o HCPA, na ação 148G, no ano de 2017.

(b) Unimed Porto Alegre Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Este fornecedor é responsável pelo contrato de Plano Privado de Assistência à saúde coletivo empresarial, de livre adesão, com abrangência Nacional, no Segmento Ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, do tipo de acomodação semi-privativo, sistema de pré-pagamento, a preço per capita e sem carência, destinado aos diretores, funcionários e contratados extra plano do hospital de clínicas de Porto Alegre - HCPA e seus dependentes. Este valor possui participação dos funcionários.

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(c) Aceco TI

Este fornecedor é responsável pela execução da obra do prédio Centro Integrado – CITI, contrato nº 11.444, cuja vigência é 30/12/2017, PAC nº 126.218, valor inicial de R\$ 40.456, valor atualizado até 31/03/2017 é de R\$ 27.372. A média de faturamento deste contrato no 1º trimestre de 2017 foi de R\$ 540.

(d) Roche Diagnostica Brasil Ltda

Este fornecedor é responsável pela prestação de serviços para realização de exames de Bioquímica e Imunoensaio, contrato nº 14.847, cuja vigência é 21/10/2017, PAC nº 130458 e Locação de equipamento para realização de exames de Bioquímica e Imunoensaio, contrato nº 14.846, cuja vigência é 21/10/2017, PAC nº 130458. Locação de equipamento para realização de exames de Imunohistoquímica PAC 125961, vigência 28/09/2017 e fornecimento de insumos, contrato 11582 PAC 125961, vigência 28/09/2017. Atualmente o HCPA vem pagando um valor mensal de aproximadamente R\$ 288.292,79 para este fornecedor.

12 Obrigações Tributárias e Sociais

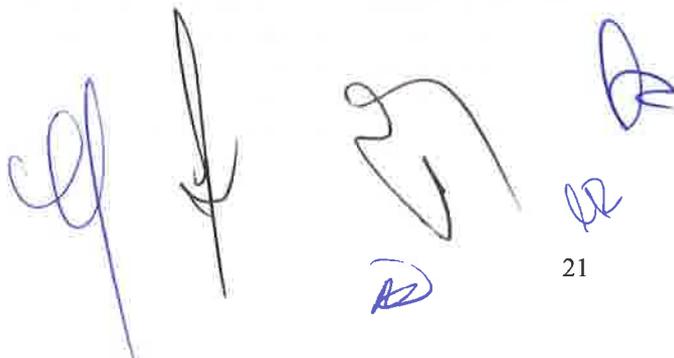
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de fornecedores	2.471	2.247
PIS sobre Faturamento	30	11
COFINS sobre Faturamento	<u>139</u>	<u>128</u>
Obrigações Tributárias	<u>2.640</u>	<u>2.386</u>
Obrigações Sociais	<u>201</u>	<u>260</u>
Saldo Contábil	<u>2.841</u>	<u>2.646</u>

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos de fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1234 de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

O saldo de Obrigações Sociais é composto pelo INSS retido de Fornecedores.

13 Obrigações a Restituir

Correspondem a sentença favorável no processo nº 97.0002758-9 no valor de R\$ 12.225 interposto contra a Fazenda Previdenciária - diante da inconstitucionalidade instituída pela LC nº 84/96, que refere-se aos encargos patronais incidentes sobre o pagamento a autônomos e administradores através de bolsas, no período de setembro 1989 a agosto de 1995 enquanto vigentes as Leis nº 7.787/89 e 8.212/91. O registro no Passivo se faz necessário enquanto o HCPA aguarda a liberação do crédito orçamentário pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF. O ingresso deste valor está registrado em conta de ativo (Depósitos Bancários de Curto Prazo) o qual ocorreu em fevereiro de 2016.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

14 Contingências e Apropriações por Competência

	31/03/2017			31/03/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências (a)	16.325	222.990	239.315	211.910
13º Salário (b)	13.440	-	13.440	12.211
Férias a Pagar (c)	77.882	-	77.882	71.582
Licença Especial (d)	48.244	-	48.244	40.483
Tempo de Serviço Passado TSP (e)	4.444	27.141	30.835	36.383
Saldo Contábil	160.335	250.131	409.717	372.569

A Instituição registra no ativo todos os recursos a receber relativos às provisões e valores a pagar mensurados com segurança e registrados no passivo, provenientes de despesas com pessoal, os quais são custeados com recursos advindos do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

(a) Contingências

	31/03/2017			31/03/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências Trabalhistas	16.325	207.731	224.056	196.542
Contingências Cíveis	-	14.485	14.485	14.687
Contingências Tributárias	-	774	-	681
Saldo de Contingências	16.325	222.990	239.315	211.910

São reconhecidas como contingências, nas Demonstrações Financeiras, as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

Os valores estimados e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que estas despesas são cobertas por recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

(b) Décimo Terceiro Salário

	31/03/2017	31/03/2016
Décimo Terceiro Salário		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	(87)	(209)
Apropriações	9.882	9.109
Total de Décimo Terceiro Salário	9.795	8.900

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Encargos sobre Décimo Terceiro Salário		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	(33)	(79)
Apropriações	3.678	3.390
Encargos sobre Décimo Terceiro Salário	3.645	3.311
Total de Décimo Terceiro Salário	13.440	12.211
(c) Férias a Pagar	31/03/2017	31/03/2016
Férias		
Saldo Inicial	62.207	59.440
Baixas	(23.887)	(21.997)
Apropriações	18.422	14.717
Total de Férias	56.742	52.160
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	23.152	22.099
Baixas	(8.899)	(8.191)
Apropriações	6.887	5.513
Total de Encargos sobre Férias	21.140	19.421
Saldo de Férias a Pagar	77.882	71.581
(d) Licença Especial	31/03/2017	31/03/2016
Licença Especial		
Saldo Inicial	32.769	28.684
Baixas	(608)	(975)
Apropriações	3.006	1.802
Total de Licença Especial	35.167	29.511
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	12.182	10.649
Baixas	(226)	(363)
Apropriações	1.121	686
Total de Encargos sobre Licença Especial	13.077	10.972
Total de Licença Especial a Pagar	48.244	40.483
(e) Tempo de Serviço Passado		

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para Previdência Privada - TSP a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010 referentes às competências de maio de 2010 a dezembro de 2023 e atualizadas pelo INPC, considerando juros mensais de 0,4868%. Como este financiamento é pago com Recursos do Tesouro Nacional, o valor referente às próximas doze prestações encontra-se registrado no Ativo e Passivo Circulante. No Ativo e Passivo Não Circulante constam o restante das parcelas a serem pagas.

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

15 Subvenções e Doações

Os valores descentralizados pelo MEC para pagamento de folha, encargos e benefícios não estão contemplados nos itens relacionados a seguir, visto que os repasses são utilizados em despesas correntes lançadas na competência.

	<u>Fonte</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Apoio HCPA por Restos a Pagar	AVON	-	49
Obras e Instalações	SPO	10.499	10.407
Projeto AGHU	EBSERH	424	424
Projeto Álcool e Drogas	SENAD	40	157
Projeto Neuromodulação	FNDCT	305	370
Programa REHUF	DEFNS	4.341	4.936
Programa Prevenção de Eventos Cardiovasculares	FINEP	24	-
Projeto Estimulador Cerebral	SES	-	50
		<u>15.633</u>	<u>16.393</u>

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre está aguardando posição do Grupo de Trabalho constituído através da Portaria/STN/MF nº 702/2016/CCONT-STN para proceder uma possível mudança no reconhecimento das transferências de recursos enviados pela União para as Empresas Estatais Dependentes. Essa mudança implica em reconhecer essas transferências como Aumento de Capital, diferentemente da forma como as mesmas vêm sendo reconhecidas até então (subvenções governamentais). Caso a mudança de critério seja implementada será necessário rever a forma de contabilização dessas transferências, reconhecendo as mesmas como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

16 Receita Diferida Líquida

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receita Diferida		
Saldo Inicial	331.426	203.648
Aquisições	10.365	7.263
Saldo da Receita Diferida	<u>341.791</u>	<u>210.911</u>
Custo Diferido		
Saldo Inicial	(34.279)	(28.028)
Transferência para o Resultado	(1.540)	(1.543)
Saldo de Custo Diferido	<u>(35.819)</u>	<u>(29.571)</u>
Total da Receita Diferida Líquida	<u>305.972</u>	<u>181.340</u>

A receita diferida líquida está composta pela Receita Diferida deduzida dos Custos Diferidos. Por ocasião da aquisição de bens do Ativo Imobilizado adquiridos com recursos de subvenções ou doações para investimentos, a Instituição registra o evento em Receita Diferida, transferindo para o resultado (conta Receita do Diferido - subgrupo Ajustes da Receita Bruta) a débito da conta Custos Diferido, a realização dessa receita na mesma proporção da depreciação ou valor da baixa dos bens adquiridos com subvenção.

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

17 Capital Social

O Capital Social pertence integralmente a União Federal. O último aumento de capital ocorreu em 13 de junho de 2012, com a incorporação dos lucros acumulados apresentados nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011 e autorizados pelo Ministério da Fazenda. Não houve evolução do Capital nos quatro últimos exercícios.

18 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A partir da competência 2010, na medida em que os bens objeto do ajuste de avaliação patrimonial estão sendo realizados, ou seja, depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, simultaneamente, os respectivos valores são transferidos dessa conta para conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Saldo Inicial em 01 de janeiro	(18.173)	(16.854)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(325)	(469)
Saldo em 31 de março	<u>(18.498)</u>	<u>(17.323)</u>

19 Receita Operacional Líquida

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Serviços Prestados		
SUS	39.730	46.514
Convênios, Particulares e Pesquisa	<u>12.511</u>	<u>12.184</u>
Total de Serviços Prestados	<u>52.241</u>	<u>58.699</u>
Repasse Recebidos		
Repasse Recebidos	253.765	245.102
Repasse de Apropriações a Receber	15.970	4.766
Total de Repasse Recebidos	<u>269.735</u>	<u>249.867</u>
Total da Receita Bruta	<u>321.976</u>	<u>308.566</u>
Ajustes da Receita		
Receita de Diferido (Reversão da Subvenção)	2.185	1.539
Subvenções e Doações Governamentais	(14.810)	(17.293)
Repasse Concedido	(701)	(90)
Total de Ajustes da Receita	<u>(13.326)</u>	<u>(15.843)</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(83)	(79)
COFINS sobre Faturamento	(385)	(365)
Glosas e Abatimentos	-	(11)
Total das Deduções da Receita Bruta	<u>(469)</u>	<u>(455)</u>
Receita Líquida Operacional	<u>308.181</u>	<u>292.268</u>

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

20 Custos dos Serviços e Despesas Administrativas por Natureza

			<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
	<u>Custo dos Serviços</u>	<u>Despesas Administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Salários e Encargos	162.621	39.418	202.039	191.666
Bolsas Residentes	6.052	1.467	7.518	6.297
Sentenças	53	13	66	1
Benefícios de Pessoal	16.273	3.944	20.218	17.324
Consumo de Materiais	27.360	6.632	33.991	34.028
Depreciações/Amortizações	4.599	1.115	5.714	5.860
Locação Mão de Obra	1.418	344	1.936	1.662
Consultoria/Serviços PF	2.432	589	3.021	2.699
Fundação de Apoio	5.479	1.328	6.807	6.324
Loc./Manutenção Bens Móveis	2.120	514	2.253	1.595
Loc./Manutenção Proc. Dados	4.147	1.005	5.152	4.381
Loc./Manutenção Bens Imóveis	670	162	832	920
Energia Elétrica, Água e Telefone	3.561	863	4.424	5.182
Serviço de Controle Ambiental	164	40	204	270
Seleção e Treinamento	540	131	671	790
Serviços Médicos	1.369	332	1.701	199
Serviços de Publicidade	91	22	113	113
Serviços de Cópias e Reprodução	494	120	820	523
Despesas com Frete	204	50	254	317
Seguros, Anuidades e Comunicação	1.646	399	2.045	322
(-) Incorporações Bens	(181)	(44)	(225)	(289)
(-) Produção Estoque e Permanente	(347)	(84)	(431)	(406)
Subtotais	<u>240.766</u>	<u>58.360</u>	<u>299.123</u>	<u>279.778</u>
Apropriação para Férias	(6.018)	(1.459)	(7.477)	(9.980)
Apropriação para Licença Especial	2.651	642	3.293	1.151
Provisão para Contingências	4.802	1.164	5.966	1.383
Provisão para Remuneração Variável	-	-	-	-
Apropriação para 13º Salário	10.818	2.622	13.440	12.211
Provisões e Apropriações	<u>12.252</u>	<u>2.970</u>	<u>15.222</u>	<u>4.766</u>
Saldo Contábil	<u>253.018</u>	<u>61.330</u>	<u>314.345</u>	<u>284.543</u>

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com a compatibilização dos valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviço reconhecidas no trimestre.

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

21 Despesas de Benefícios a Empregados

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Auxílio Creche	324	304
Auxílio Alimentação	9.179	7.452
Vale Transporte	488	585
Assistência Médica	3.948	3.114
Previdência Privada	6.278	5.870
Saldo Contábil	<u>20.218</u>	<u>17.324</u>

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

22 Outras Receitas e Despesas

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Outras Receitas		
Aluguéis	1.246	833
Receitas de Leilões	51	7
Indenizações e Restituições	(2.297)	2.110
Reversão de PCLD	(260)	38
Doações de Estoque e Uso Permanente	1.167	475
Total de Outras Receitas	<u>-93</u>	<u>3.463</u>
Outras Despesas		
Pensões Indenizatórias e Outros Decréscimos	-537	1.651
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Bruto de Baixa de Bens	(204)	-55
Baixa de Bens e Outras Despesas	<u>(741)</u>	<u>1.597</u>
Saldo de Outras Receitas e Despesas	<u>(833)</u>	<u>5.060</u>

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de março de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

23 Resultado Financeiro

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	702	210
Juros e Multas Previstos em Contratos	20	41
Variação Cambial e Monetária Ativa	<u>19</u>	<u>49</u>
Total Receita Financeira	<u>741</u>	<u>300</u>
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Tributos	(501)	(826)
Multas dedutíveis e Indedutíveis	(14)	(48)
Variação Cambial e Monetária Passiva (TSP)	<u>(274)</u>	<u>(1.205)</u>
Total Despesa Financeira	<u>(790)</u>	<u>(2.085)</u>
Saldo Contábil	<u>(49)</u>	<u>(1.785)</u>

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

24 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada é de R\$ 382.986 e a vigência da apólice é de 01 de junho de 2016 a 01 de junho de 2017.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de junho de 2016 a 01 de junho de 2017. A importância segurada é de R\$ 13.277.

Prof. Nadine Oliveira Clausell
Presidente

Prof. Milton Berger
Vice-Presidente Médico

Me. Yonge Luis Bajerski
Vice-Presidente Administrativo

Contadora Neiva Teresinha Finato
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 23.292

Adm. Paulo da Cunha Serpa
Coordenador Financeiro - CRA/RS nº 5.114

Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Contadora - CRC/RS nº 69.663

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS.

Eldorado do Sul, 10 de maio de 2017.

Aos
Aos Administradores e Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias trimestrais, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Demonstração Intermediária.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias correspondentes da demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

